MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
		LIQUIDADAS												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
		Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.230.800,62	1.251.921,84	1.389.900,97	1.411.598,21	1.392.915,43	1.310.999,95	2.325.480,80	1.629.157,75	1.354.163,41	1.322.761,60	1.395.431,75	1.423.694,30	17.438.826,63	
	Pessoal Ativo	1.095.659,48	1.117.571,82	1.255.550,95	1.277.248,19	1.258.565,41	1.176.649,93	2.176.684,99	1.360.457,71	1.233.709,68	1.183.100,00	1.254.727,81	1.283.150,80	15.673.076,77	
	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.028.394,60	957.400,15	1.100.759,84	1.113.688,12	1.099.287,57	1.019.957,45	1.861.465,26	1.042.766,64	1.233.709,68	1.020.989,50	1.084.285,08	1.021.896,42	13.584.600,31	
	Obrigações Patronais	67.264,88	160.171,67	154.791,11	163.560,07	159.277,84	156.692,48	315.219,73	317.691,07		162.110,50	170.442,73	261.254,38	2.088.476,46	
	Benefícios Previdenciários														
	Pessoal Inativo e Pensionistas	135.141,14	134.350,02	134.350,02	134.350,02	134.350,02	134.350,02	148.795,81	268.700,04	120.453,73	139.661,60	140.703,94	140.543,50	1.765.749,86	
	Aposentadorias, Reserva e Reformas	79.681,25	78.890,13	78.890,13	78.890,13	78.890,13	78.890,13	87.903,09	157.780,26	73.561,10	83.117,10	83.117,10	83.117,10	1.042.727,65	
	Pensões	55.459,89	55.459,89	55.459,89	55.459,89	55.459,89	55.459,89	60.892,72	110.919,78	46.892,63	56.544,50	57.586,84	57.426,40	723.022,21	
	Outros Benefícios Previdenciários														
	Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)		188.221,35	162.490,31	258.154,43	227.780,34	280.996,93	145.886,87	132.051,69	239.808,46	382.191,70	137.654,51	154.160,56	160.729,88	2.470.127,03	
	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	67.526,00	42.586,08	138.250,20	107.876,11	161.092,70	25.982,64	12.147,46	0,00	261.737,97	12.297,26	29.694,69	36.264,01	895.455,12	
	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	120.695,35	119.904,23	119.904,23	119.904,23	119.904,23	119.904,23	119.904,23	239.808,46	120.453,73	125.357,25	124.465,87	124.465,87	1.574.671,91	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		1.042.579,27	1.089.431,53	1.131.746,54	1.183.817,87	1.111.918,50	1.165.113,08	2.193.429,11	1.389.349,29	971.971,71	1.185.107,09	1.241.271,19	1.262.964,42	14.968.699,60	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.005.342.619,52	
(-) Transferências Obrigatórias da União às emendas individuais (V) (§ 13, art.166 da CF)\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	17.962.419,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.987.380.200,52	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa+IIIb)	14.968.699,60	0,0788%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I,II,III, art.20 da LRF= 0,10%	18.987.380,20	0,1000
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art.22 da LRF) = 0,95%	18.038.011,19	0,0950
LIMITE ALERTA (X) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) = 0,90%	17.088.642,18	0,0900

Fomte: Siafem

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício força do inciso II da Lei 4.320/64;

c) Base Legal: LDO - Lei 8.757, de 14/08/2018, art.17, § 3º, III, "e", com base no art. 20, § 5º da LC nº 101/2000.

Maria Regina Cunha	**Fernando Augusto O. Santos**
Procuradora Geral do MPCM	Diretor Administrativo/Financeiro
Marcelo Menezes Chaves	**Ronaldo Jennings Pereira Filho**
Contador CRC 12365	Controle Interno

Protocolo: 438287